



Vigilância eletrónica a agressores ainda está em fase experimental

Pulseira eletrónica é “fundamental” para travar homicídios conjugais

●●● A investigadora e socióloga Madalena Duarte defende que a aplicação em todo o país de pulseiras eletrónicas aos agressores de violência doméstica é “fundamental” para travar os homicídios conjugais.

Madalena Duarte, investigadora do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa e socióloga do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra afirma que a pulseira eletrónica é uma “medida com alguma eficácia” mas “parcamente utilizada”, sendo na maioria aplicada aos agressores o “termo de identidade e residência”, com “pouca expressão prática” na proteção da vítima.

Experiência piloto em Coimbra

A vigilância eletrónica começou por ser uma experiência piloto, em Coimbra e no Porto (de janeiro de 2009 a dezembro próximo), mas, a pedido dos magistrados, tem sido aplicada noutros pontos.

“O homicídio conjugal tem uma expressão estatística muito significativa em Portugal (43 mulheres em 2010) e alguns casos ocorrem já após a denúncia pela vítima, daí ser fundamental a aplicação da pulseira eletrónica”, declarou a investigadora, que hoje intervém no colóquio “Violência doméstica sobre mulheres: respostas, dilemas e desafios”, organizado pelo CES.

A aplicação de “penas sem impacto no arguido” deixam as vítimas com um “sentimento de descrença em relação ao sistema de justiça”, disse Madalena Duarte, baseando-se num inquérito realizado a

“
“
discurso direto

► Muitos casos ocorrem já após a denúncia pela vítima, daí ser fundamental a aplicação da pulseira



Madalena Duarte, socióloga e investigadora do CES

uma centena de pessoas, 40 das quais vítimas de violência doméstica, no âmbito da investigação “Trajetórias de esperança: itinerários institucionais de mulheres em situação de violência doméstica”.

“Tem havido uma mudança nos últimos anos, de aplicação de multa para pena de prisão, mas não efetiva. O problema é que a maioria das penas são prisão com pena suspensa simples, sem quaisquer regras de conduta, como tratamento ou proibição de contactar a vítima, o que acaba por dar um sentimento de impunidade a estes agressores”, disse a especialista.

Outro dos “problemas” detetados no decurso da investigação é a forma como os casos chegam aos tribunais, que leva a que demorem “muito tempo” a serem resolvidos.